

Performance de Protesto: marcas indígenas na cidade de Campinas

Alessandro Oliveira*

*. Alessandro Oliveira é Doutor em Sociologia, Unicamp; pesquisador colaborador do Grupo Pindorama: grupo de estudos em teatro brasileiro, Departamento de Artes da Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil. Rua Pitágoras, 500, Cidade Universitária 'Zeferino Vaz' 13083-857 — Campinas (SP). E-mail: oliveira.alej@gmail.com, pindoramateatrobrasileiro@gmail.com.



Resumo |

Este trabalho tem por objetivo demonstrar algumas performances de arte com temática indígena realizadas na cidade de Campinas (SP) e refletir sobre a produção de uma performance artística dentro da mesma temática. Apresentam-se o processo de elaboração, execução e alguns dos impactos causados por três atividades performativas, tendo em vista que esse processo lidou tanto com o protesto indígena a respeito da demarcação das terras como com a participação em atividades colaborativas entre não indígenas e indígenas que vivem em contexto urbano. O trabalho também põe em pauta a relação entre arte e política (ativismo) e a visibilidade do indígena que vive em um contexto urbano.

Palavras-chave: Performance artística com temática indígena; Protesto; Indígenas em contexto urbano; Ativismo.

Uma performance de protesto

Em 1º de novembro de 2016, uma manada de búfalos selvagens (Figura 1) apareceu durante um protesto realizado pela nação Sioux de *Standing Rock*, em Dakota do Norte, nos Estados Unidos. Naquela ocasião, os Sioux protestavam contra a construção de um oleoduto (Figura 2) que passaria sob suas terras sagradas, destruindo inclusive os mananciais de muitas reservas indígenas. Qual a relação entre os búfalos e o protesto dos Sioux?

<p>Fig. 1. Manada de búfalos selvagens aparece durante protesto de nativos americanos</p> 	<p>Fig. 2. Sioux protestam contra a construção de um oleoduto</p> 
<p>Fonte: www.mdig.com.br/index.php?itemid=39617</p>	<p>Fonte: imagem extraída de AFP Getty Images</p>

A cultura Sioux sempre considerou o búfalo (*Tatanka Oyate*) animal sagrado e lhe renderam diversos tributos¹. Portanto, a coincidência entre a chegada da manada de búfalos e o ato do protesto nos estimula a pensar sobre uma relação sobrenatural que liga esse grupo ao animal. E talvez existam explicações que estejam além da nossa compreensão.

¹ www.mdig.com.br/index.php?itemid=39617. Buffalo herd wows South Dakota crowd (http://youtu.be,dbA_WYSVbJg).

Um conjunto de coincidências semelhantes ocorreu na produção da performance de protesto ligada aos Kaiowá, que serão relatados neste trabalho. Trataremos especificamente do processo de produção e dos desdobramentos de uma performance artística ligada à temática indígena. Não se pretende ancorar em explicações espirituais (falta-nos conhecimento para fazer tais apontamentos), mas, apesar disso, podemos dizer que as teias simbólicas ligadas à arte se entrelaçam e geram uma extensa rede de relações que alguns indivíduos facilmente atribuiriam ao campo espiritual.

O trabalho de performance artística ao qual nos referimos ocorreu no dia 20 de agosto de 2016 na Rua 13 de Maio, no calçadão da cidade de Campinas (SP). Naquela ocasião, o povo Kaiowá Guarani realizaria o primeiro dia de encontro nas terras *Kunumi Verá*. Esse local havia sido retomado da fazenda Ivú num processo recente de reapropriação das terras do povo Kaiowá, região do município de Caarapó, Mato Grosso do Sul.

Uns dias antes desse evento, o Conselho da Retomada do Território *Te`yi Jusu* havia divulgado uma carta por e-mail fazendo um convite para que toda a população da região realizasse uma Caravana de Solidariedade que resultasse no referido encontro na cidade de Caarapó para conversar sobre a luta da retomada e a busca por justiça diante dos assassinatos dos seus líderes. O líder Kaiowá Simião Vilhalva havia sido assassinado em 29 de agosto de 2015 na retomada do território *Nande Ru Marangatu*, município de Antônio João, e mais recentemente, em junho de 2016, o líder Clodiode Aquino da Silva sucumbiu na fazenda Ivú, antigas terras *Kumuni Verá*.

A carta denominada “Caravana de Solidariedade aos Kaiowá Guarani” havia chegado às nossas mãos pela divulgação de uma professora do Departamento de Artes Cênicas da Unicamp. Ela, por sua vez, havia a recebido por meio de outra professora do mesmo departamento. A carta e-mail fazia parte de uma corrente que tinha origem num fotógrafo que estava região dos Kaiowá. Nesse e-mail,

informava-se que a carta não era pública e que deveria ser enviada apenas a pessoas de confiança. Junto disso, a professora da Unicamp enviava uma mensagem para seu grupo restrito, dizendo que poderíamos “fazer-nos presentes enviando energia e vibrações positivas para a causa”. Essas palavras reverberaram fortemente em mim. Assim, como pesquisador da temática indígena junto ao grupo Pindorama de estudos de teatro brasileiro da Unicamp (www.grupopindorama.com), resolvi realizar o que denominei de performance de protesto no dia 20 de agosto de 2016.

<p>Fig. 3 - performance de protesto</p>	<p>Fig. 4 - performance de protesto</p>
	
<p>Fig. 5 - performance de protesto</p>	
	

A performance consistiu em ocupar a Estação Cultura de Campinas (antiga estação ferroviária) vestido com alguns acessórios da cultura indígena. Ali abri um cartaz de protesto e atravessei todo o espaço da plataforma, ganhando o calçadão da cidade. Embora soubesse que o povo *Kaiowá* convocava os amigos para um encontro em que seria discutida a retomada de suas terras, optei por usar uma linguagem mais direta e de impacto mais imediato. Nesse sentido, produzi um cartaz com a seguinte frase: “Pela Demarcação das Terras Indígenas dos Guaranis Kaiowás”.

O impacto da performance sobre a população foi extremamente relevante. O estranhamento ficou registrado inclusive nas expressões faciais das pessoas que cruzavam o meu caminho (Figura 6, Figura 7).

Fig. 6 - expressão de espanto da população - local 1



Fig. 7 - expressão de espanto da população - local 2

O estranhamento não ficou marcado somente pelos olhares e espantos. Ao longo do percurso da performance, os transeuntes também se manifestavam. Dois comentários me atingiram mais profundamente, impondo uma reflexão. O primeiro comentário consistiu na manifestação de um transeunte que leu o cartaz e imediatamente respondeu: “Eu também apoio [a demarcação], desde que eles fiquem lá”. A informação me fez pensar sobre a relação entre o indígena e a cidade. Apesar de os registros do *Censo Demográfico 2010* (IBGE) identificarem que quase metade da população indígena (315,2 mil dos 896.917 indígenas do Brasil) estão vivendo nas áreas urbanas, ainda existe uma poderosa construção que continua sendo fortemente alimentada a respeito desta população e de onde ela deve se localizar. No imaginário social, os indígenas ainda estão ligados exclusivamente à floresta (à selvageria, à violência, ao primitivo...).

Infere-se uma marca que equaciona o urbano e não urbano na forma de um equivalente para se estabelecer a relação entre um nós (não

índio) e um outro (indígena). Em outras palavras, para nós — os “supostos” não indígenas —, a inteligibilidade deste outro sujeito (o indígena) implica quase que necessariamente numa relação que o estabelece na forma de um ser não urbano, e, como podemos ver, a performance de protesto revelou exatamente essa dimensão do pensamento social.

Ao apontar o desejo de pessoas que consideram que os indígenas não devem habitar a cidade, o caminhante revela uma ignorância acentuada sobre a sociedade brasileira: a presença dos indígenas em contexto urbano. E junto disso, evoca-se o sistema simbólico que retira dessa população sua capacidade de escolher e sua condição humana de decidir livremente seu *habitat*. O transeunte atingido pela performance materializa em sua fala os estereótipos que forjam uma imagem de índio que nega sistematicamente seu acesso aos bens da coletividade.

A especificidade da relação entre espacialidade e ontologia humana merece uma atenção mais rigorosa, já que aparece em diferentes discursos, e, para exemplificar, podemos recorrer aos conteúdos dos livros didáticos. Em se tratando dos indígenas, alguns dos conteúdos considerados “educativos” ensinam que: “Havia gente na terra descoberta, que andava nua. Não sabiam o que era civilização, eram selvagens” ou que “Estes primeiros habitantes do Brasil não possuíam nenhum sinal de civilização, sendo até, muitos deles, antropófagos” (ROCHA, 1984). Essas expressões são extremamente elucidativas a respeito da dificuldade posta ainda hoje a respeito das culturas autóctones, e delas derivam afirmações como: “índio que mora na cidade não é índio” (SILVA, 1999, p. 116). Esse pensamento foi reverberado pelo nosso transeunte, que sustenta uma memória discursiva na qual se estabelece uma cadeia de relações entre um “nós” ligado à “civilização” e ao “urbano” (cidade) e um “ele-índio” ligado à “selvageria” (antropofagia), à “nudez” e àquilo que “não [cabe] morar na cidade”.

Uma segunda frase que me impactou durante a performance de protesto foi: “ele não é índio”. De fato, minha aproximação com essa

temática indígena ocorreu no ano de 2015, quando realizava a produção do 21º Festival de arte da cidade de Itu (SP). Naquele período, descobri a história da Aldeia da Maniçoba (Figura 8), ou seja, a história de uma aldeia localizada no interior paulista (Figura 9) que havia sido explorada pela catequese jesuíta, tornando-se uma importante referência do interior paulista no Período Colonial².

Segundo relatos, a Aldeia da Maniçoba concorria com São Paulo de Itapetininga. Contudo, ela desapareceu por completo dos registros, a ponto de não existirem mais sinais precisos a respeito de sua localização. Cabe observar que essa aldeia ficava no caminho do Peabiru (Figura 10), uma estrada indígena que ligava a cidade litorânea de São Vicente a Cusco, no Peru, e, ainda de acordo alguns pesquisadores, o desaparecimento dos registros se deve ao temor decorrente de uma suposta invasão da América Espanhola à próspera São Paulo de Itapetininga. A colônia portuguesa considerou que os colonizadores da América Espanhola pudessem tomar o caminho do Peabiru para invadir São Paulo. Assim, resolveram desativar a Aldeia da Maniçoba e transformá-la num entreposto militar que fizesse barragem a tal risco. Nessa manobra, tomou-se o cuidado de destruir todos os documentos referentes a essa localidade, pois temia-se que as embarcações que levavam os documentos com notícias da colônia para Portugal fossem alvo de ataque de piratas e assim os espanhóis pudessem conhecer a estratégia militar e localizar a Aldeia da Maniçoba (entreposto militar). Ainda de acordo com alguns estudiosos (VIOTTI, 1974; NARDY FILHO, 2000), a transformação da Aldeia da Maniçoba em entreposto militar ocorreu mediante uma recorrente estratégia dos colonizadores portugueses. Eles instigaram as populações indígenas historicamente inimigas a entrar em guerra. Conta-se que alguns bandeirantes haviam

² Diante disso, e enquanto produtor cultural da cidade de Itu, no período de 2014-2015 busquei reunir registros e estimular a produção de um evento a respeito desta suposta origem da cidade. Contudo, não houve interesse por parte do poder público local em resgatar tais relatos. No bojo deste trabalho, acabei descobrindo a ONG Opção Brasil, de São Caetano do Sul (SP), que realiza o Programa Índios na Cidade, que concentra a atenção em atividades ligadas aos indígenas em contexto urbano.

trazido índios carijós do Sul do país para a região de Itu (Maniçoba), permitindo que ela fosse atacada pelos tupis, que eram seus inimigos.

Fig. 8 (Azulejo: Missão de Maniçoba) - Parede do Museu Republicano (Itu)



Fig. 9 - Localização da Aldeia de Maniçoba

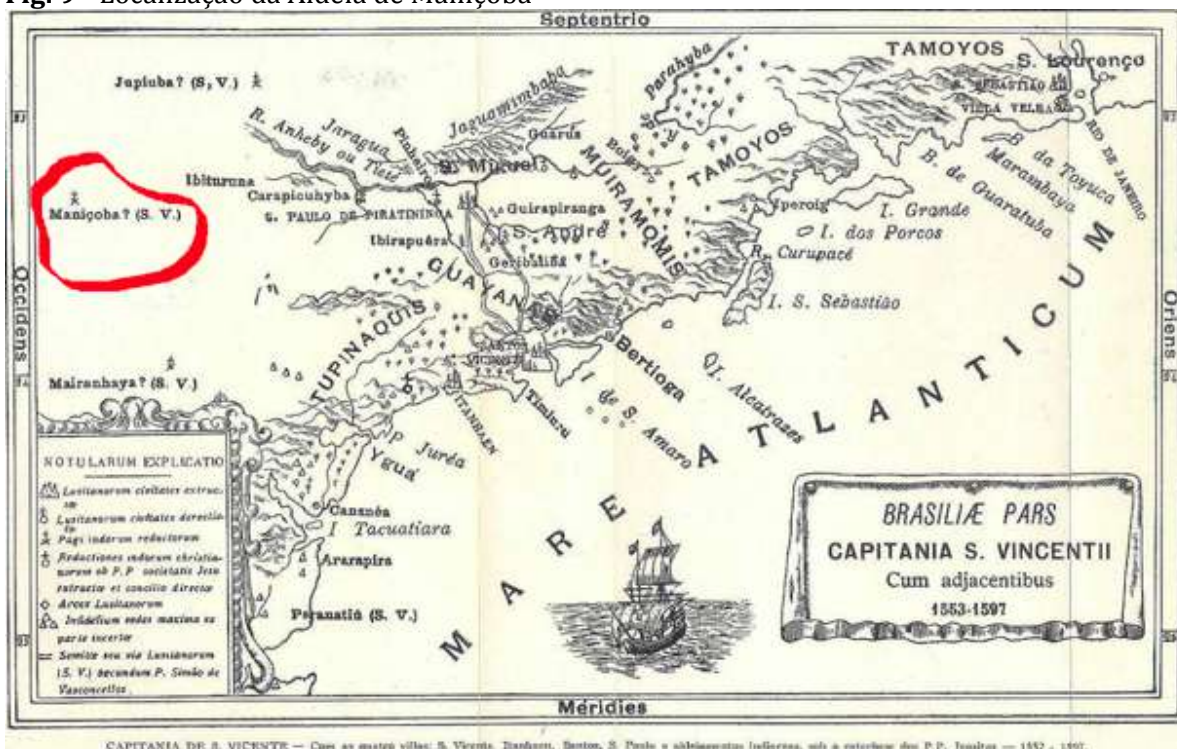


Fig. 10 - Caminho do Peabiru



Vale observar que recuperar a história da aldeia perdida da Maniçoba consiste numa forma de resgatar a memória da presença indígena no território paulista e com ela restituir também a memória de resistência dos povos originários e da própria história do país — um exercício intelectual pouco estimulado na sociedade.

E por falar em memória, vale considerar ainda que, de acordo com Rosana Bond (2014), o *Relatório Figueiredo* discorre sobre casos de crianças indígenas sequestradas na região do Paraná e adotadas por famílias não indígenas durante toda a década de 40. Seu trabalho consiste em inúmeros relatos produzidos pelo senso comum de mulheres e crianças indígenas caçados a laço. Diante disso, e em resposta ao comentário a respeito da minha origem não indígena produzido pelo transeunte da referida performance de protesto, é preciso fazer uma breve observação: circula na minha família a memória de uma bisavó supostamente indígena denominada carinhosamente pelo nome de “Mãe Nossa” (Figura 11).

Conforme relatos da família, essa senhora havia se deslocado para o bairro em que nasci num período em que a região era coberta por floresta. Sabe-se que a minha casa foi a primeira a ser construída no

bairro de Vila Marcelino, hoje centro urbano da cidade de São Carlos, interior paulista. Os relatos da família revelam que a velha ganhara tal nome devido a sua fama de rezadeira e curandeira da região. Segundo esta memória pessoal, nas imediações do meu bairro todos recorriam aos feitiços e unguentos de “Mãe Nossa”, apelido atribuído à minha bisavó exatamente por curar a todos.

Consta ainda nos registros da família que ela era proveniente da fazenda do CanCan, e existem informações de que essa fazenda era o lugar no qual moravam os bugres. Assim, ainda que pese a falta de dados precisos a respeito da origem indígena de muitos brasileiros, também não existe nada que os estimule a rejeitá-los plenamente; pelo contrário — eles revelam um campo de conhecimento valioso, ainda vivo, e talvez a única forma de acessar um lado historicamente silenciado de nossa nação mestiça. Assim, ainda que a dificuldade documental implique numa contínua necessidade de cautela a respeito dessas informações, o histórico processo de apagamento e desinteresse social ligado a este tipo de relato imprime a necessidade de registros provenientes da oralidade que não são menos valiosos que os registros oficiais. Como observa Nunes (2010, p. 280-281), um projeto decolonial está em curso, e, nele, “os critérios que permitem determinar a validade destes diferentes saberes deixam de se referir a um padrão único — o do conhecimento científico — e passam a ser indissociáveis da avaliação das consequências desses diferentes saberes na sua relação com as situações em que são produzidos, apropriados ou mobilizados”.

Fig. 11 - Mãe Nossa



A história da Aldeia da Maniçoba, como as diversas histórias pessoais sobre uma suposta ancestralidade indígena de muitos brasileiros, aponta para a necessidade de um giro decolonial com vista a outras políticas, vivências culturais, econômicas e sobretudo de produção de conhecimento.

Cabe observar ainda que a performance de protesto guarda relação direta com a Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Ao tornar obrigatório o estudo da história e das culturas indígena e afro-brasileira nas escolas brasileiras, essa lei tem estimulado diversos professores a reescrever seus projetos pedagógicos. Devido a isso, um conjunto de professores tem se sentido estimulado a buscar referências a respeito desses grupos sociais e seu trabalho tem repercutido numa aproximação da temática indígena nas salas de aula.

Este foi o caso de uma professora de Artes de Campinas. Depois de exibir o filme documentário *Belo Monte: depois da inundação* (direção de Todd Southgate) numa de suas atividades junto ao Ensino de Jovens e Adultos — EJA —, a professora passou a trabalhar em com o tema do “grafismo indígena” em sala de aula, e tais atividades reverberaram num esforço combinado que influenciou a referida performance de protesto.

Como já foi mencionado, no mesmo dia em que os Kaiowá Guarani realizavam o encontro na cidade de Caarapó para conversar sobre a luta da retomada de suas terras, eu saía à rua na cidade de Campinas com minha caminhada performativa. Ocorre que, em consonância com os trabalhos dessa professora, prontifiquei-me a exibir o trabalho dos alunos durante o protesto. Assim, numa certa altura da caminhada, substituí o cartaz que trazia em mãos por outro realizado pelos alunos do EJA (Figura 12). Deste modo, buscávamos conectar as reivindicações indígenas Kaiowá com a performance artística e com as atividades de sala de aula.

Fig. 12 - Performance de protesto com cartaz confeccionado por alunos do EJA-Campinas



Enfim, cabe observar que, no seu processo de busca de conteúdo a respeito da cultura indígena para trabalhar em sala de aula, a professora cria uma comunidade do Facebook denominada GT de Cultura Indígena de Campinas, que aglutina inúmeras pessoas interessadas no tema. Neste processo, passamos a nos encontrar frequentemente e a trocar diversas referências a respeito da cultura indígena na cidade de Campinas. Gradativamente, os participantes do GT passaram a realizar encontros presenciais, e desses encontros iniciou-se um conjunto de ações referentes à temática indígena na cidade de Campinas.

Como membro desse grupo, passei a investigar dados referentes à presença indígena na região e descobri que o Museu da Cidade guarda parte de um acervo indígena que fora produzido pela arqueóloga Elizabeth Aytai e seu marido Desidério Aytai. Esses pesquisadores trouxeram a Campinas (Museu da Cidade e Museu da PUC-Campinas) peças referentes à descoberta de um cemitério indígena localizado na

cidade de Monte Mor (SP), cidade da região metropolitana de Campinas. É importante pontuar também que, atualmente, segundo o *Censo Demográfico 2010* (IBGE), 1.043 habitantes da cidade de Campinas declararam-se indígenas, o que confere à cidade a terceira posição no ranking das cidades do estado de São Paulo com maior população indígena vivendo em contexto urbano.

De uma performance a outra

O processo de saída do universo online para encontros presenciais permitiu ao GT Cultura Indígena Campinas se fortalecer e atrair inúmeros participantes. Os encontros desdobraram-se em diversas ações. Uma delas foi a leitura da carta aberta na plenária da Câmara Municipal de Campinas por ocasião da Pré-Conferência de Educação, realizada em 16 de maio de 2015, exigindo que, em cumprimento da Lei 11.645/2008, os planos curriculares de educação contemplassem o ensino das culturas indígenas nas escolas da cidade.

O GT também esteve presente na Semana de Solidariedade aos Povos Africanos, realizada na Plenária da Câmara Municipal de Campinas, colocando em pauta a necessidade de inclusão das discussões a respeito da população indígena na pauta das questões afro-brasileiras, e, nesse evento, o grupo contou, inclusive, com a participação do coordenador do Programa Índios na Cidade (ONG Opção Brasil, São Caetano do Sul) e com representantes indígenas.

Em parceria com os produtores da Mostra Seda — Semana de Audiovisual de Campinas, o GT Cultura Indígena de Campinas também promoveu a exibição e debate de um filme sobre a cultura Guarani e, em 21 de maio de 2016, realizou a Primeira feira de Cultura Indígena de Campinas com apoio do Sindicato dos professores (Sinpro) e do Ponto de Cultura Nina.

Entretanto, de todas as ações realizadas pelo grupo, a performance de protesto continuou em destaque por ter permitido o encontro mais significativo de todo o GT. A partir da divulgação das imagens da performance na nossa página do Facebook, tivemos acesso a uma indígena Guarani Nhandeva moradora da cidade de Valinhos. Essa indígena havia visto as fotos da performance e, depois de nos contatar pelas redes sociais, passou a fazer parte do grupo.

O primeiro encontro se deu na casa da própria indígena. Passamos uma tarde de domingo com muito afeto e pudemos conhecer sua história pessoal. Em nosso encontro, ela contou sua trajetória de luta e sua perspectiva a respeito das mazelas postas para os indígenas que vivem na cidade. Pudemos compreender mais claramente como a falta de uma política pública voltada para a população indígena em contexto urbano implica em exclusão, preconceito e desumanização. Todavia, também vimos a força e dignidade com que essa mulher conduziu sua vida diante de uma trajetória hostil pronta para anulá-la. Muitos trechos de sua narrativa foram estarrecedores e nos encheram de tristeza mas também serviram para reforçar nossas energias e empenho em continuar a conduzir os trabalhos que havíamos iniciado por meio do GT de Cultura Indígena de Campinas.

É mister considerar que, em nossas conversas iniciais, essa indígena havia manifestado grande interesse em participar de performances com temática indígena e, em dezembro de 2016, a oportunidade havia surgido. Nesse período, a Mobilização Nacional dos Indígenas havia lançado um comunicado nas redes sociais, convidando a população a se manifestar contra os ataques dos ruralistas e seus representantes no governo (Figura 13). Vale observar que, nessa ocasião, ocorria uma manobra política que incidia na tentativa de modificação do texto constitucional com a clara intenção de viabilizar os questionamentos sobre as terras indígenas já demarcadas, violando o ato jurídico de direito adquirido.

Fig. 13 - convite de mobilização contra a modificação da Constituição Federal



Diante do convite do Movimento Nacional Indígena, preparei a segunda performance de protesto, tendo agora a indígena Guarani Nhandeva (Figura 14) como protagonista do ato. Para realizar a performance, fiz uma chamada no Facebook pela comunidade GT de Cultura Indígena de Campinas, pedindo a todos os participantes que levassem uma raiz de mandioca com casca para o ato. A ideia central era usar símbolos que remetessem à cultura indígena sem destacar uma etnia específica. No dia do evento, penduramos um banner em que estava escrito “Pelos Direitos dos Povos Indígenas” e distribuímos apitos, a serem usados para chamar a atenção da população. Também usamos a Constituição Federal e a bandeira nacional na composição do protesto.

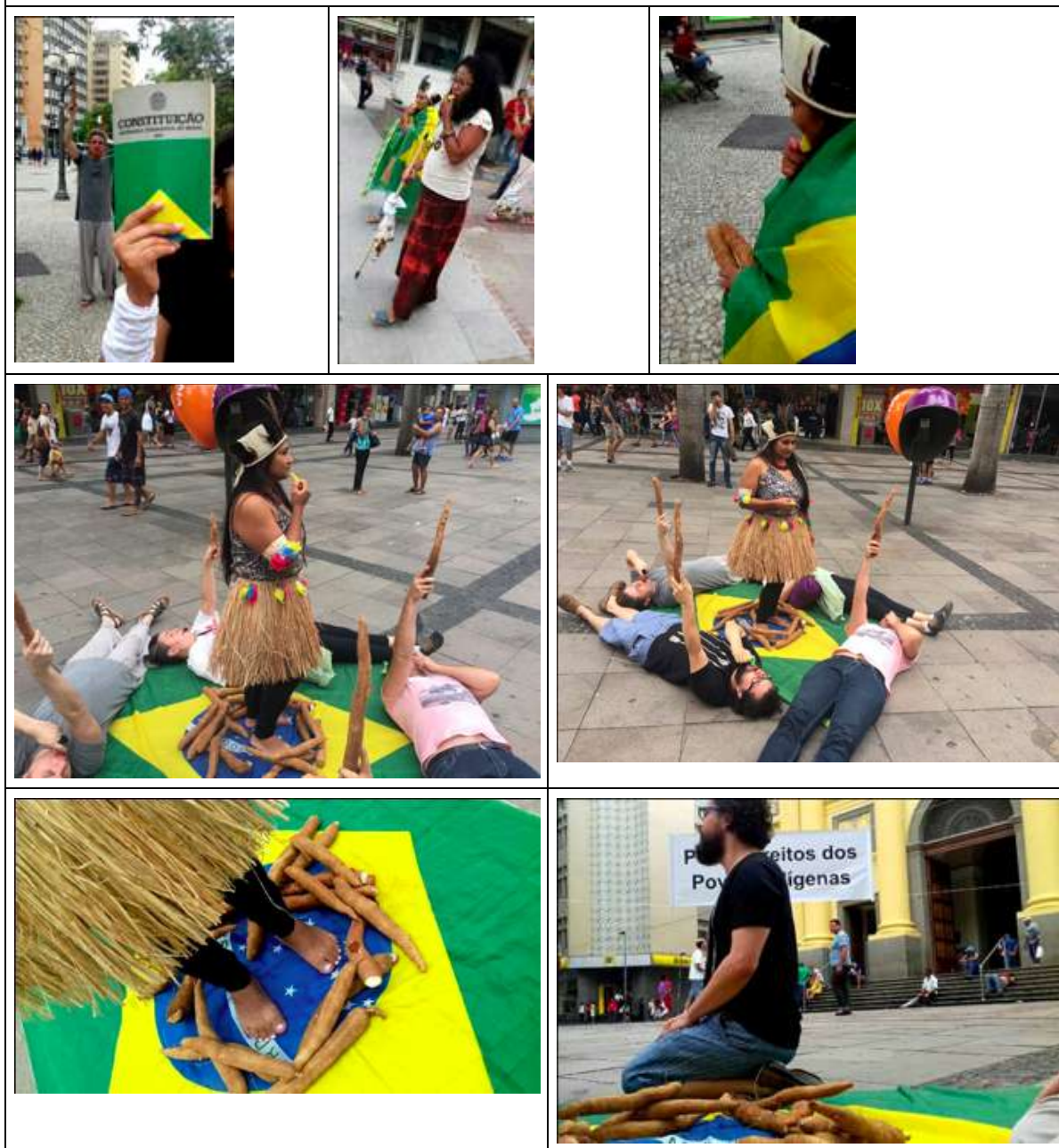
Fig. 14 - indígena Guarani Nhandeva moradora da região metropolitana de Campinas



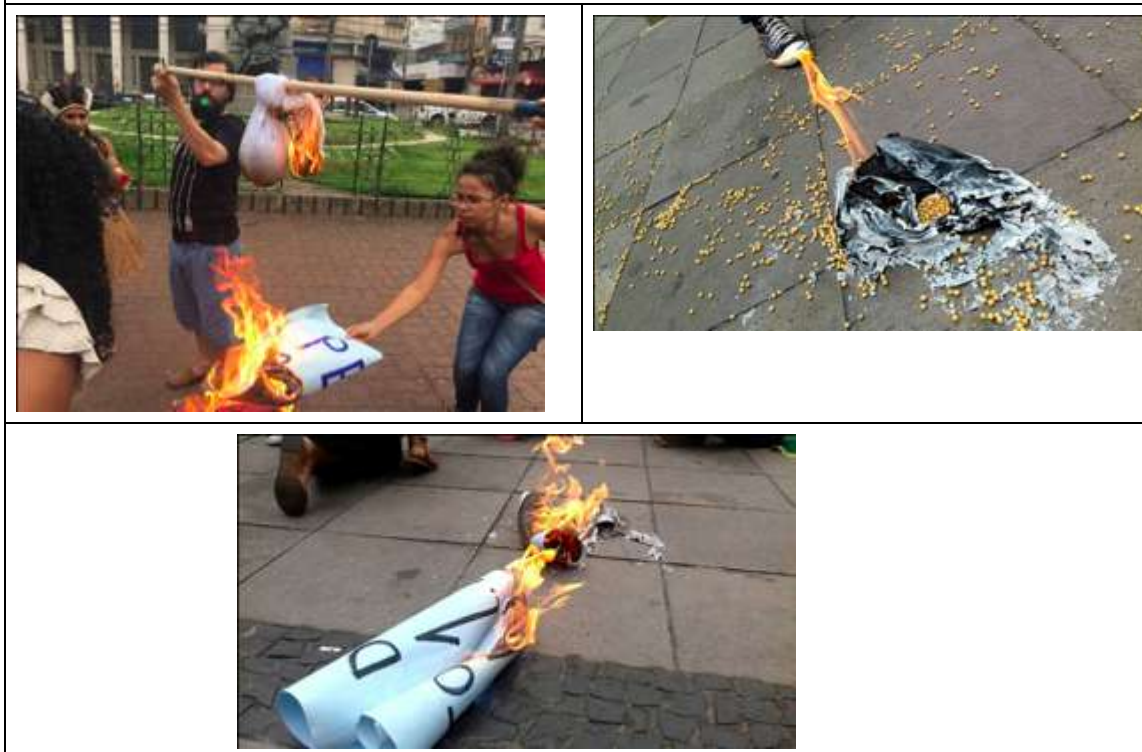
O ato (Figura 15) consistiu em fazer um “apitaço” e ler os seguintes trechos da Constituição Federal:

Pelos Direitos dos Povos Indígenas, artigo 231 da Constituição - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Parágrafo 2 - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos nelas existentes. [...] Parágrafo 4 - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Fig. 15 - segunda performance de protesto



Depois disso, queimamos simbolicamente um saco cheio de soja, com cartazes de cartolina em que estava escrito “PEC 215” (Figura 16). Nossa proposta era marcar a luta da mandioca e tudo aquilo que ela representa contra a soja e tudo aquilo que ela representa.

Fig. 16 - queima de cartaz escrito PEC 215 e da soja

Depois disso, passamos a fazer uma caminhada pela cidade, protestando contra o ataque à população indígena e gritando nosso “Fora Temer” (Figura 17).

Fig. 17 - apitaço e caminhada de protesto



Enfim, chegamos numa outra praça da cidade (Praça Bento Quirino) e reiniciamos a performance (Figura 18).

Fig. 18 - segunda performance de protesto na praça Bento Quirino, Campinas



No dia 22 de dezembro, o trabalho foi divulgado no site dos Jornalistas Livres³, e, no dia 28 de dezembro, passou a ser matéria do *Esquerda Diário*⁴.

Mais recentemente, o GT de Cultura Indígena de Campinas se empenhou em criar a Segunda Feira de Cultura Indígena de Campinas, e seu processo de produção implicou em diversas parcerias com um batalhão de voluntários que levou à reconfiguração de todo o nosso trabalho. A exigência do projeto levou o grupo a entrar em um novo momento de organização⁵. Nesse momento, o GT de Cultura Indígena de Campinas foi rebatizado com o nome de EtnoCidade, uma referência aos indígenas que vivem em contexto urbano.

Nessa ocasião, dei início a mais um trabalho de performance ligada à temática indígena, que funcionou como experimento aberto com intenção de ser reeditado na Segunda Feira de Cultura Indígena. A performance foi realizada em 2 de julho de 2017. Contudo, ela teve início um pouco antes. Ela surgiu da minha própria necessidade de pesquisar

³ <https://jornalistaslivres.org/2016/12/articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-promove-ato-em-campinas/>.

⁴ <http://www.esquerdadiario.com.br/Grupo-de-Cultura-Indigena-de-Campinas-se-mobiliza-contr-os-ataques-do-Governo-Temer>.

⁵ Para viabilizar o trabalho da produção da feira, o grupo EtnoCidade conseguiu apoio da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Educação da cidade de Campinas, a parceria do Grupo de Apoio Kariri-Xocó e o patrocínio do Mercado Mundo Mix. O evento aconteceu em duas etapas: nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, com programas educativos voltados para professores da cidade e região, e nos dias 2 e 3 de setembro, com a Segunda Feira de Cultura Indígena de Campinas junto com o Mercado Mundo Mix. Na primeira etapa, foram oferecidas as seguintes palestras: “Experiência da Rede de Apoio Kariri-Xocó”; “Experiência de Ensino da Escola José Alcântara Machado Filho no bairro Real Parque, São Paulo”; “Experiência do Programa Índios na Cidade da ONG Opção Brasil, São Caetano do Sul (SP)”; “Experiência EtnoCidade Campinas (SP)”; “Indígenas em situação urbana e a rede de Economia Solidária junto a produção do designer Kadiwéu”; “Vivências Educacionais sobre a Cultura Indígena nas escolas de Campinas”. E as oficinas: Etnomídia com a rádio Yandê (rádio de indígenas para indígenas); As Ervas e o Sagrado; O Lúdico e o Brincar. Também foi exibido o filme *O complexo sobre o impacto devastador da usina de Teles Pires junto à população Indígena*. Na segunda etapa, ocorreu a venda de artesanato indígena de 22 etnias diferentes, a apresentação do desfile de moda com o designer Kadiwéu, o Show de Lino Huaman e os sons das flautas do povo Quéchua (Peru) e o show do grupo de rap indígena Oz Guarani.

materiais ligados à estética indígena. No intuito de fazer uma saia de “ráfia” na minha própria casa, descobri que o referido material não é facilmente acessível. Na ocasião, só encontrei novelos pequenos oferecidos para a atividade de artesanato. Comprei então uma corda de 8 metros de sisal e comecei a desfazê-la no intuito de reorganizar suas fibras na confecção da referida saia. Também não encontrei com facilidade penas de aves e, para executar outra etapa do trabalho ligado à estética indígena, fui obrigado a usar as penas de um “cachecol” de plumas usado geralmente em forma de enfeite em fantasias de carnaval.

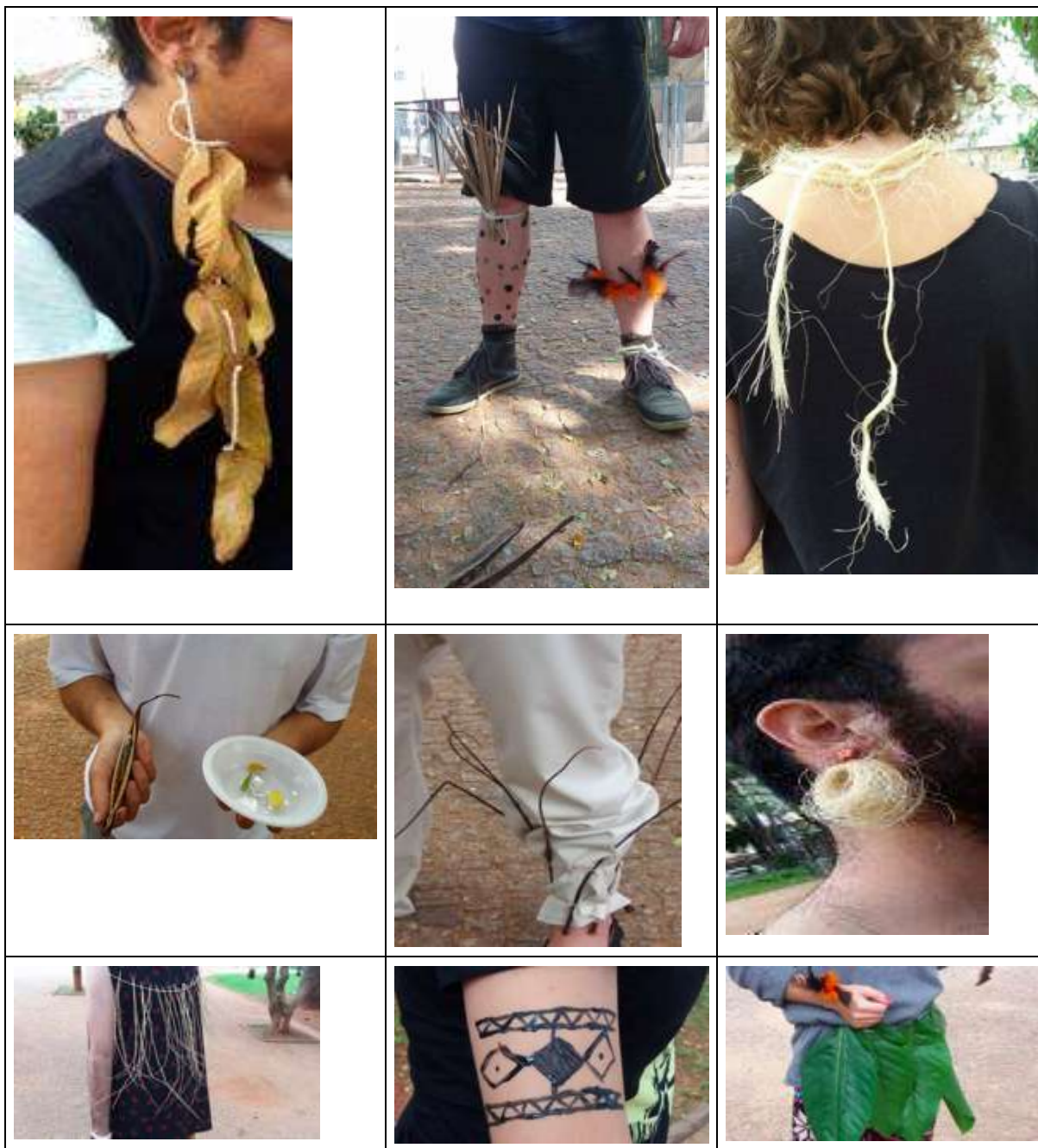
Depois de alguns experimentos isolados, convidei alguns amigos e levei todo o material ao Largo do Pará (Campinas) para realizarmos a performance. No dia do encontro, levei as fibras de sisal, as penas, cola, tesoura e tinta guache preta e vermelha. No encontro, depois de mostrar um conjunto de imagens de grafismo indígena, fiz a leitura do seguinte trecho do texto de Di Giovanni:

Nos termos propostos pela pesquisadora Ana Longoni para pensar o ‘ativismo artístico’, o desafio é entender em que se funda a radicalidade de práticas que não se prestam a ser analisadas exclusivamente nem sob o critério de sua eficácia política, nem sob o critério de sua natureza ‘artística’. [...] Longe de representar uma ‘estetização’ do fazer político em que as formas do poder mudariam de ‘roupagem’ ou ‘estilo’, permanecendo, no entanto, estruturalmente iguais a si mesmas, as formas de mobilização sensorial, perceptiva e subjetiva produzidas no seio de processos de rearticulação de lutas sociais estão diretamente implicadas nos deslocamentos da própria política, na expansão de seus significados, quando não em uma radical ruptura com os modos de fazer que anteriormente a separavam do conjunto da ação social considerado não político — em que a arte, por exemplo, tenderia a situar-se. Do mesmo modo, a implicação de uma prática de origem ‘artística’ em um movimento vivo de organização política e ação coletiva força deslocamentos importantes no campo da arte, desafiando os limites do possível também em termo do que é artístico e do que não é (DI GIOVANNI, 2015, p. 14-17).

Minha proposta era permitir que confeccionássemos materiais ligados à temática indígena, enquanto refletíamos a respeito de um lugar híbrido entre arte e política. Também tinha em mente garantir que nosso ato performativo ligado à temática indígena fosse realizado com muita responsabilidade ética. Tal proposta implicava em explicitar a todos nossa condição de “não indígenas” na participação da causa indígena de modo que pudéssemos evocar uma estética marcadamente indígena sem estabelecer uma apropriação cultural. No caso dos grafismos indígenas, por exemplo, estabelecemos nosso compromisso de não os copiar, mas sim nos inspirarmos neles para criar nossos próprios grafismos corporais. Assim, podíamos criar uma performance que remetia à temática indígena mesmo “sem sermos indígenas”. Na prática, sugeri dois temas centrais para explorarmos coletivamente: “a relação com a natureza” e “a produção de uma estética própria”. Assim, começamos por explorar todos os elementos ligados à vegetação da praça e nos apropriar deles. O resultado pode ser visto nas seguintes imagens (Figura 19):

Fig. 19 - início do processo de criação da performance *Casulo*





Depois de criarmos esses marcadores e discutirmos o referido trecho do texto de Di Giovanni, organizamo-nos em um pequeno bloco e passamos a passear pelas ruas da cidade, acompanhados por um rádio que tocava músicas indígenas de diferentes etnias.

É importante ressaltar que, durante toda a caminhada, o rádio era passado de mão em mão, circulando entre os participantes e criando uma ambientação sonora para o grupo, e que, ao atingirmos a praça Carlos

Gomes (Campinas), retirei da bolsa um novelo de barbante e, enquanto todos os participantes continuavam sua caminhada em bloco, passei a “enovelar” o grupo, criando um espécie de casulo humano. Enfim, com o enovelamento do grupo, os participantes criaram uma inibição na fluidez da caminhada e tal condição atçou mais fortemente a curiosidade do público passante.

Como já foi observado, esse trabalho consistia na primeira experiência dentro da temática indígena e se organizava para ser feito durante a Segunda Feira de Cultura Indígena de Campinas. Contudo, devido à necessidade de dedicação à produção da feira, não foi possível dar continuidade ao processo, de modo que ele não foi apresentado no evento, mas cabe ressaltar que, durante a feira, o calçadão da cidade foi ocupado mais uma vez com o tema indígena.

As 22 etnias que participaram da Segunda Feira de Cultura Indígena de Campinas atravessaram o calçadão central da cidade, realizando a dança do Toré Multiétnico: um ritual de dança que marcou a cidade na abertura do evento (Figura 20).

Fig. 20 - Toré Multiétnico — calçadão central da cidade de Campinas



O resultado de tudo isso foi a concretização do processo de visibilidade de indígenas no centro urbano de Campinas, um ato que, por sua vez, conseguiu atrair para o evento outros indígenas moradores da cidade. Durante o evento, vieram ao nosso encontro duas indígenas da

etnia Terena, uma Guarani e uma Krenak, que já manifestaram interesse em participar do EtnoCidade. Neste sentido, podemos dizer que em breve poderemos dar continuidade à performance já iniciada (*Casulo humano*) e à produção de novas atividades.

Enfim, Richard Schechner (2012, p. 102) observa que, mesmo com o espaço da improvisação, o protesto de rua apresenta “*scripts*” familiares, o que gera uma espécie de senso comum compartilhado que ensina como se comportar durante a ação coletiva. Para esse pesquisador, uma cena coletiva se instaura como um ritual das massas. Ao percorrer alguns contextos singulares ligados à cultura indígena em território urbano, seguindo distintos atores e protagonistas e realizando performances que sensibilizaram outros, pude compreender como as ações estético-performativas se desdobram em uma rede complexa capaz de gerar diversas ações, reflexões e coincidências. Acredito que essas diversas coincidências sejam apenas a ponta de um *iceberg* capaz de sustentar um aprendizado potente para sensibilizar a reflexão e o trabalho de outros artistas, acentuando tanto a dimensão política da arte quando a dimensão estética da política. Assim, por meio de um olhar atento sobre os territórios de protesto social, a performance artística ligada à temática indígena pode desdobrar-se em conteúdos relevantes a respeito de quem somos.

Referências

BOND, Rosana. Crianças índias ‘pegas a laço’: uma história de sequestros escondida desde os anos 1800. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 130, maio 2014. Disponível em: anovademocracia.com.br/no-130.5350-criancas-indias-pegas-a-laco. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. **Cadernos de arte e antropologia**, Salvador, v.4, n. 2, p. 13-27. 2015. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/cadernosaa/911#quotation>. Acesso em: 20 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MDig. Manada de búfalos selvagens aparece durante protesto de nativos americanos. 01 de nov. de 2016. Disponível em: www.mdig.com.br/index.php?itemid=39617. Acesso em: 20 dez. 2018.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu: crônicas históricas**. 2. ed. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: Ottoni Editora, 2000. v. 3.

NUNES, João Ariscado. O resgate da epistemologia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-290.

ROCHA, Everaldo O. G. Um índio didático: nota para o estudo de representações. In: ROCHA et all. **Testemunha ocular: textos de Antropologia Social do Cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHECHNER, Richard. Jogo e ritual. In: LIGIÉRO, Zeca (Org.). **Performance e antropologia de Richard Schechner**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SILVA, Raimundo N. P.. **De Aldeados a Urbanizados: aspectos da identidade étnica na cidade de Manaus**. Revista Rua, Labeurb-Unicamp, Campinas, Número 05, 1999.

VIOTTI, Hélio Abranches. **A aldeia de maniçoba e a fundação de Itu**. São Paulo: Sangirard, 1974.

Abstract |

This work aims to demonstrate some performances of art with indigenous themes held in the city of Campinas-SP and reflect on the production of artistic performance within the same theme. It presents the process of elaboration, execution and some of the impacts caused by three performative activities that dealt both with the indigenous protest regarding the demarcation of the lands and with the participation in collaborative activities between non-indigenous and indigenous people who live in urban context. The work also highlights the relationship between art and politics (artivism) and the visibility of the indigenous living in an urban context.

Keywords: Artistic Performance with indigenous themes; Protest; Indigenous people in urban context; Artivism.